

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2020**

**PROCESSO (SEI) nº 0092296-55.2020.6.05.8000**

Licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual visando a eventual aquisição de carrinhos diversos.

**RELATÓRIO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO COMPLEMENTAR Nº 48/2020**

Retornou o presente processo a este pregoeiro (em substituição), com a finalidade de proceder este certame à fase de aceitação das propostas, atualização dos documentos de Habilitação, para, em seguida, proceder à etapa de ADJUDICAÇÃO dos itens aceitos e demais procedimentos, em cumprimento à Decisão do Diretor-Geral deste Tribunal, Decisão nº 1279422 / 2020 – PRE/DG/ASSED, constante no documento SEI nº 1279422.

Nesse sentido, foi registrado no sistema Comprasnet que, por ato da Secretária de Gestão Administrativa e de Serviços do TRE/BA, novo pregoeiro para prosseguir com o certame, conforme doc. nº 1268553; sendo a reabertura dos trabalhos agendada para o dia 28 de outubro de 2020, às 9h00 (horário de Brasília).

No dia e hora aprazados, reuniram-se este pregoeiro e o respectivo membro da equipe de apoio, designados pela Portaria nº45, de 22 de abril de 2020, para as providências de praxe, dando-se assim início à realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão,

Verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, bem como a confirmação da conformidade das propostas ofertadas às especificações previstas do edital, procederam-se à sua aceitação. Em relação ao item nº 5, ocorreu a situação de Item cancelado no julgamento. Motivo: Não houve proposta com valor compatível com o orçamento pela administração. Consultadas, as empresas não manifestaram interesse em adequar o valor ofertado. Quanto aos itens nº 4 e 6, o licitante ALLOY COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI, que havia sido vencedor na sessão do pregão original, encerrado em 02/09/2020, desistiu da manutenção das propostas, sem previsão de sujeição de qualquer penalidade, com fulcro nas condições 4.6. e 4.7. do edital; e os demais licitantes classificados, mesmo devidamente convocados por este pregoeiro, no chat, para negociar, obedecendo a ordem de classificação, já que todas as demais propostas se encontravam acima do valor máximo aceitável pela administração, não manifestaram interesse na negociação, ocasionando com isso, o cancelamento dos itens nº 4 e 6 também por falta de proposta compatível com o valor orçado. Em seguida foram classificadas as seguintes empresas, consoante tabela infra:

<b>Item nº</b>	<b>LICITANTE VENCEDORA</b>
1 e 2	PAPELON ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO EIRELI

3	GERBRA COMÉRCIO EIRELI
4-5-6	FRACASSADO/CANCELADOS

Ao final da fase de classificação, foram aceitas as propostas das empresas supramencionadas, conforme registra a Ata do Pregão Eletrônico Complementar acostada aos autos, documento SEI N°.1291239.

Finalizada a etapa competitiva, passou-se a fase de negociação, empresa a empresa, por produto ofertado, uma vez que, conforme se constata na tabela supramencionada, dois licitantes foram vencedores para mais de um item, sempre na busca de reduzir o preço ofertado pelas empresas vencedoras. Após o final das negociações, não conseguimos sucesso, no entanto, os valores ofertados pelas duas empresas vencedoras já se encontravam abaixo do valor máximo admitido para contratação.

Passando-se à fase de habilitação, o pregoeiro consultou o SICAF e verificou: a) a compatibilidade do objeto social das empresas vencedoras com o objeto da licitação; b) Documentos de Habilitação da empresa PAPELON ARTIGOS ESCRITÓRIO EIRELI, doc SEI nº1293638 e Documentos de Habilitação da empresa GERBRA COMÉRCIO EIRELI, anexados no doc SEI nº1293640), ausência de causas impeditivas da contratação, através da consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e dos sócios majoritários; d) a inclusão das declarações exigidas nas condições 10.1.1 e 10.1.2, doc. SEI nº1291249.

Por fim, foram habilitadas as empresas vencedoras acima relacionadas.

Ressalto que apesar de constar no Relatório de Declaração do SICAF doc SEI nº 1293640, a mensagem “Impedimento de Licitar” referente à licitante GERBRA COMÉRCIO EIRELI, declarada vencedora do item nº 03, o aludido impedimento não alcança este Tribunal, portanto, não tem o condão de impedir que referida empresa participe de licitação e celebre contrato com este Tribunal, uma vez que tal restrição é tão somente no âmbito da AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, conforme se pode atestar no ANEXO, página nº 2, do aludido relatório.

Oportuno registrar ainda que a anotação de Sanção de Suspensão de Licitar, constante na certidão CEIS – do Portal da Transparência, doc SEI nº 1293640, referente à licitante em comento é bastante esclarecedora ao limitar o raio de alcance da referida sanção: Abrangência definida em decisão judicial: AO ÓRGÃO SANCIONADOR, ou seja, nesse caso somente à Secretaria-Geral da Presidência da República.

No escopo de corroborar com nossas assertivas, vale destacar que as alíneas a e b da condição 2,8 do edital assim disciplinam:

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação; (GRIFAMOS).

Ainda nesse sentido, a construção da dicção constante no artigo 6º do inciso XI, d Lei de Licitações e Contratos é assaz elucidadora e esclarecedora quanto à definição dos termos “Administração Pública e “Administração”. Vejamos:

Como se vê, andou bem o legislador pátrio ao deixar claro que o conceito de “Administração Pública” é o mais amplo possível; enquanto que a definição de “Administração” é bem mais simples, tratando-se somente do órgão, entidade ou unidade administrativa. Ou seja, diz respeito somente ao órgão que atua concretamente na relação: Administração x Licitante.

Por derradeiro, como se pode atestar no Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar, anexado no doc SEI nº 1293640, o tipo de Ocorrência da Suspensão Temporária é com fulcro na Lei de Licitações de Contratos (8666/93), em seu artigo 87, inciso III, aqui prescrito in verbis, com o inciso II: Segundo o artigo 87, inciso II, da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de: (.....) II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Administração**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.(grifos nossos)

Por derradeiro, e para espantar qualquer dúvida que porventura insista em não sucumbir quanto aos conceitos de Administração Pública e Administração no tocante ao alcance da aplicação das penalidades às empresas, trago à baila a dicção do inciso IV do artigo nº 87, da Lei nº 8666/93, IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Quanto à existência de ocorrências constantes no relatório Situação do Fornecedor-Declaração – e no “Relatório de Ocorrências”, ambos do SICAF, anexados no doc SEI nº 1293638, referente à licitante PAPELON ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO EIRELI, ressaltamos que as duas ocorrências ainda vigentes, ou seja, tanto o tipo de Ocorrência registrado no campo da Ocorrência 1 como no campo da Ocorrência 2, trata-se somente de aplicação de multa, com fulcro na Lei nº 8666/93, em seu artigo nº 87, inciso II. Sendo assim, referidas ocorrências não têm o condão de impedir a licitante de participar de licitações realizadas por este Tribunal, bem como de firmar contratos e de participar de licitações com a Administração Pública em geral.

Considerando a proximidade de expiração do prazo de validade das certidões de Regularidade do FGTS e Trabalhista CNDT) referente à licitante PAPELON ARTIGOS

PARA ESCRITÓRIO EIRELI,, conforme conta no relatório SICAF- Situação do Fornecedor, este pregoeiro acessou os sites específicos desses órgãos e gerou novas certidões com prazo de validade atualizado, consoante doc SEI nº 1293638.

Ainda nesse sentido, considerando a proximidade de expiração do prazo de validade do Certificado de Regularidade do FGTS- CRF- referente à empresa GERBRA COMÉRCIO EIRELI, este, conforme conta no relatório SICAF- Situação do Fornecedor, este pregoeiro acessou o site específico da Caixa Econômica Federal e gerou nova certidão com prazo de validade atualizado, consoante doc SEI nº 1293640.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, conforme condição 12.1 do Edital, não houve manifestação de qualquer das empresas licitantes, sendo, em ato contínuo, encerrada a sessão pelo pregoeiro.

Por fim, o objeto foi adjudicado, na forma do Termo de Adjudicação colacionado aos autos (doc.SEI nº1291256). Anexados ainda os seguintes documentos:“Resultado por Fornecedor”,gerado pelo Sistema(doc.SEI nº1291243);Documentos de Proposta/Habilitação, constantes no doc SEI nº1291252. Por fim, em caso de necessidade de consultas, foi anexada a Ata Original do Pregão Eletrônico nº48/2020, encerrado em 02/09/2020, pelo pregoeiro Danilo Almeida Pereira, consoante documento SEI nº1294236.

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 07 de novembro de 2020.

**Lúcio Roberto de Oliveira**

**Pregoeiro**